



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		1
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA  
NO DIA 30 DE JUNHO DE 2014**

--- Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Municipal da Casa da Música, sito na Rua Direita - Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---**PONTO 1** - Período antes da Ordem do Dia;-----

---**PONTO 2** - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Óbidos;-----

---**PONTO 3** - Apreciação e eventual aprovação/autorização de propostas de celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competência, ao abrigo do previsto na alínea l) e m) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e autorização da assunção de compromisso plurianual, nos termos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro - cobrança de faturas municipais;-

---**PONTO 4** - Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais constantes da informação da SAEP, de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Lei dos Compromissos; incluindo também a autorização de repartição de encargos, atendendo ao facto do valor anual exceder o montante de 99.760 €, conforme previsto no artigo 22º do DL n.º 197/99, de 08 de junho, relativo ao procedimento para o fornecimento em contínuo de refeições para o serviço municipal de refeições de Óbidos;-----

---**PONTO 5** - Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Lei dos Compromissos, referente aos apoios financeiros a conceder no âmbito do Regulamento do Programa de Atribuição de Apoios Municipais a Instituições com Intervenção de Âmbito Social;-----

---**PONTO 6** - Apreciação e eventual aprovação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2013, conforme previsto no n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;-----

---**PONTO 7** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos sobre a atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---**PONTO 8** - Período fora da ordem do dia - Intervenção do público.-----

--- O Segundo Secretário, Ana Margarida Reis, fez a chamada.-----

--- Presenças - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado, Fernando Jorge Sousa e Silva, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, José Luís Rocha de Oliveira, Albino Agostinho de Sousa, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Sílvia Maurício Correia, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Anabela Braga Adónis, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, João Paulo de Oliveira Cardoso, Dina Fernanda Pereira Vieira, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		2
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

--- Substituições – A Deputada Anabela Blanc Capinha Corado, a Deputada Ana Catarina Carvalho e o Deputado Custódio de Sousa Santos, foram substituídos pelos Deputados João António Sousa Veludo, Laura Ferreira e José Rui Pereira da Silva Raposo, respetivamente.-----

--- Quórum – Vinte e oito presenças.-----

--- Faltas – Anabela Blanc Capinha Corado, Ana Catarina Brás Carvalho e Custódio de Sousa Santos.-----

--- Registou-se ainda a presença do Presidente da Câmara Municipal, Humberto da Silva Marques e dos Vereadores: Bernardo José Fernandes Rodrigues, Pedro José de Barros Félix, Telmo de Sousa Félix, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Ana Maria Ramos de Sousa e José Carlos Ribeiro Capinha.-----

--- O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: -----

Ofício da Assembleia de Freguesia de Vialongo, que anexa a moção referente a privatização da EGF (Empresa Geral de Fomento, S.A.); -----

Ofício da Assembleia Municipal da Nazaré, envia moção “pela defesa do Serviço Nacional de Saúde”;-----

Ofício da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, envio da publicação “Ser Autarca”;-----

Ofício da Assembleia Intermunicipal do Oeste, comunica o agendamento de reunião;-----

Ofício da Assembleia Intermunicipal do Oeste, envia moção relativa a privatização da EGF (Empresa Geral de Fomento, S.A.);-----

Ofício da AMNP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, informa o programa da comemorações da ANMP;-----

Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, referente a privatização da EGF (Empresa Geral de Fomento, S.A.);-----

Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, envia folha informativa do GP do Bloco de esquerda;-----

Email do Deputado Moisés Ferreira do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, informa projeto apresentado na Assembleia da República para impedir e cessar o processo de privatização da EGF (Empresa Geral de Fomento, S.A.);-----

Carta de justificação da falta da Deputada Anabela Blanc Capinha Corado à reunião de 30 de abril do corrente ano e carta de justificação de falta do Deputado Custódio de Sousa Santos à presente reunião.-----

Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

--- **APROVAÇÃO DA ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número 2, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, do dia 30 de abril de 2014.-----

--- Ata aprovada por maioria, com duas abstenções.-----

--- Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- O Presidente Assembleia Municipal deu início a Ordem de Trabalhos:

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **PONTO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** – Após as inscrições o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Deputada Cristina Rodrigues que iniciou a sua intervenção dizendo que era uma pequena intervenção de alerta



## Assembleia Municipal de Óbidos

3

Ata n.º 3

Reunião de 30.06.2014

sobre a questão das moscas, que no último verão e nos últimos anos, sobretudo no último verão, houve um problema de saúde pública relacionado com as moscas que trouxe muitos inconvenientes para a população e prejuízos a nível comercial, e, portanto fez o alerta. Aproveitou para recomendar que os serviços municipais, designadamente o veterinário municipal e a fiscalização verifiquem com urgência as situações complicadas, nomeadamente: esgotos a céu aberto existentes. Seriam adequados os procedimentos que estavam a ser praticados com os estrumes provenientes dos aviários, dos cavalos e se havia agricultores a deixarem os estrumes vários dias sem serem cobertos. A Ação preventiva a desenvolver deveria ser de forma sistemática para minimizar o grave problema das moscas em Óbidos, ocorrido em anos anteriores e que não se deveu apenas a uma única causa. Recomendou-se que sejam reforçadas as ações de fiscalização julgadas necessárias, estavam certos que a Câmara estaria atenta a isso, e defendem também, que não se deve promover o alarmismo que naturalmente prejudicaria a imagem de Óbidos, da Vila e do seu Concelho, tendo em conta o que aconteceu nos anos anteriores. Disse que deixava o alerta.-----

---De seguida foi dada a palavra ao membro da Assembleia, José Machado, que disse que na sua opinião a Assembleia Municipal deveria debater em próxima oportunidade grandes questões, como por exemplo, a Reforma do Estado ao nível do Concelho de Óbidos. Foram noticiados que o governo pretendia uma loja do cidadão em cada concelho e para tal estaria a propor que se juntassem no mesmo local em cada concelho os serviços oficiais dos níveis central e local de atendimentos ao público. Estavam a ser feitos em vários pontos do país testes de atendimento ao público em carrinhas que se deslocam a vários pontos de cada concelho. Estava também a ser testado um serviço de transporte de pessoas a pedido, inclusive para consultas médicas. Essas experiências foram apresentadas como piloto, no âmbito da Reforma do Estado. Afirma-se que são um teste a resistência do próprio Estado e dos municípios à mudança, mas, preocupações e obstáculos a parte, conviria testar estas mutualidades de prestação de serviços com mente aberta analisando as vantagens essencialmente maior a facilidade de acesso aos cidadãos e eventuais inconvenientes de quem suportará custos acrescidos e implicações nos Quadros de Pessoal de Serviços Públicos. Importa debater a necessária reforma dos Estado e dos municípios com a análise da situação atual e perspectivas de qualidade, eficiência, estabilidade e flexibilidade que vão ser assegurados numa ótica de médio e longo prazo e seriam analisadas também vantagens e inconvenientes da administração municipal paralela que seria feita em certos casos através de empresa municipal como viria a identificar sobreposições de serviços e jurisdições e outras ineficiências entre os níveis central e local do governo. Novas oportunidades para centralização e desconcentração racional.-----

---Após a abordagem do assunto disse que seria um exemplo que evidencia a necessária reforma dos serviços municipais de Óbidos, colocando uma situação sobre um processo que teve que passar por onze departamentos até estar em condições para a Câmara poder decidir. Após o exemplo ilustrativo, afirmou que há de reorganizar os serviços municipais. Seria tempo de introduzir maior eficácia nos serviços para cada um saber melhor o que faz, sem duplicações, nem conflitos de competência. Uma reforma séria que permitisse diminuir a despesa



## Assembleia Municipal de Óbidos

4

Ata n.º 3

Reunião de 30.06.2014

sem prejudicar os funcionários municipais, que deviam ser mais chamados a diminuir a contratação de serviços externos.-----

---Sobre o assunto perguntou: “Quais seriam os custos adicionais com essas possíveis alterações e quem os iria suportar? O que pensava a Câmara Municipal de Óbidos sobre esse tema?”.-----

---Fez também uma breve referência ao assunto ocorrido acerca de um mês. Nas eleições para o Parlamento Europeu que se realizaram a cerca de um mês. Houve uma grande abstenção no país e no Concelho de Óbidos a percentagem de votantes ainda foi pior. Dos dez mil, quinhentos e sessenta e um eleitores inscritos, só votaram cinco mil trezentos e quarenta e três. Isto foi uma percentagem inferior a 32%. Nas últimas eleições autárquicas do Concelho o PSD foi o partido mais votado, embora, duas forças concorrentes da oposição tivessem mais votos em conjunto de quem ganhou a eleição e o PS, por freguesias a coligação PSD/CDS, só foi mais votada nas freguesias do Concelho com menor número de eleitores.-----

---Sugeri que todas as forças políticas, façam uma reflexão séria acerca da crescente descrença de muita gente no nosso sistema político. O voto não sendo obrigatório poderia ter incentivos de decidir. Seria de ponderar várias iniciativas para combater a abstenção. Deu como exemplo: eventuais reduções de taxas municipais aos eleitores que votarem. Deveriam evitar o crescente desinteresse dos cidadãos pela política.-----

---O Membro da Assembleia Jorge Veloso disse que iria falar de três pontos:-----

---O primeiro era para elogiar, porque na obra da Josefa de Óbidos, ao que parecia, não existiu trabalhos a mais. Isso era muito positivo. Recordou que essa obra foi financiada totalmente pelos fundos da União Europeia e Ministério da Educação. Apenas os eventuais trabalhos a mais seriam por conta da Câmara.-----

---O segundo ponto era sobre a necessidade de refletir sobre a substituição da sinalização das três entradas na Vila, de sentido proibido para trânsito proibido, pois havia turistas a aceder à Vila muralhada. Ignoravam os sinais proibidos dentro das muralhas era tudo igual e sempre em frente. Seria bom, que a nova sinalização prevista no Regulamento já publicado no diário da república, fosse posta em prática.-----

---Fez, finalmente, uma pequena reflexão sobre os custos dos serviços municipalizados em Óbidos. O exemplo que queria demonstrar era sobre o limpa fossas, neste caso, tem haver com que comparou, uma fatura de vinte e nove de abril de dois mil e catorze. Disse que reparou que pagou na fatura havia uma taxa de serviço, uma taxa de deslocação e ainda pelo tempo de serviço. Em comparação com as Caldas da Rainha a deslocação do limpa fossa é mais dispendioso. Após tecer várias considerações solicitou que se passe a saber antecipadamente, nessas situações, onde será feito o despejo, para que os municípios possam planear e evitar custos mais elevados.-----

--- O membro da Assembleia Municipal, José Rui Raposo, disse que gostaria de por algumas questões e que a primeira tinha haver com as obras que estão em curso para a requalificação da Estrada dos Casais Brancos. Chamou a atenção para a necessidade de construção de um aqueduto numa curva junto ao portão da Quinta do Soito, conhecida também, por Quinta do Romão. Tendo em conta que em situações enxurradas, às águas da chuva pela força que traziam e pela



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		5
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

inclinação do terreno, inevitavelmente passavam para a estrada. Já que a valeta existente não era suficiente para o afluxo de água, que se verificou nessas ocasiões.-----

--A segunda questão tinha haver com um assunto, o camarada de bancada, Custódio Santos, já ali tinha levantado sobejamente, mas faria um reparo, tendo em conta, que já estava previsto no Orçamento da Câmara para 2014 a construção de um aqueduto, na curva junto ao cruzamento da Cova do Anselmo para o fato de já existir, já alguma tempo, um desnivelamento da estrada significativo, mas que continuava sem qualquer sinalização do mesmo, o que tornava a provocar situações de insegurança na circulação rodoviária.-----

---A terceira questão que o Deputado José Raposo colocou tem haver com uma notícia vinda a público, que no fundo vinha confirmar certas informações que corriam da declaração de insolvência do projeto do Bom Sucesso. Disse que gostaria de saber, tendo em conta a dimensão do projeto, as implicações que o mesmo teria para o Concelho ou para a imagem do mesmo, reflexos do ponto de vista económico e social, naturalmente negativos. Se a situação for ultrapassada, gostava de saber que diligências já foram feitas pela Câmara Municipal de Óbidos, no quadro das suas competências e das suas possibilidades no sentido de ser encontrada uma solução que impeça o puro e simples abandono do projeto.-----

---O deputado José Rui Raposo disse que a quarta questão tratava-se de esclarecer ao Senhor Presidente da Câmara, que tinha ficado em dívida, já que ficou de enviar o relatório sobre a exploração de uma pedreira no Planalto das Cesaredas. Os documentos que foram remetidos pelo Senhor Vereador Pedro Félix, refere o ofício que capeia os documentos, que na anterior Assembleia Municipal, refere também, que tinha que ser constituído um grupo de trabalho por técnicos do Município de Óbidos, da Direção-Geral de Economia de Lisboa e Vale do Tejo e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo. Este grupo de trabalho emitiu parecer desfavorável. A regularização da exploração e dizia o relatório o seguinte: "Processo em nome de José Carlos de Sousa Andrade, localização em Currais Novos, Olho Marinho, Óbidos, trata-se de uma área de exploração solicitada de vinte e cinco mil metros quadrados, área de exploração de vinte mil e oitocentos e oitenta metros, exploração de calcário rudimentar para fins ornamentais" e diz nas considerações e condicionantes o seguinte: "O representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo face a incompatibilidade com os instrumentos de gestão territorial emite decisão desfavorável face ao exposto no ponto quatro". O ponto quatro do requerimento, sendo o seu voto vinculativo, sendo de reparar, havendo aqui uma referência, ainda da necessidade da intervenção da então ARH do Tejo da administração, já que havia aqui parte do terreno envolvia também o domínio hídrico. Diz também que o representante da Câmara Municipal de Óbidos subscreve a mesma decisão vai neste sentido. A decisão do grupo de trabalho era desfavorável a regularização do grupo da exploração e a justificação para parecer, porque a área solicitada, vinte e cinco mil metros quadrados, encontrava-se totalmente abrangida pelo regime de Reserva Ecológica Nacional (REN), sendo incompatível com o artigo 49.º do PDM de Óbidos e depois eram impostas condições de: "de acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		6
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

340/2007, de 11 e outubro. Deverá ser efetuada recuperação da exploração ao no prazo máximo de dezoito meses. De acordo com as seguintes condições”. Refere quais são as condições e refere mais, que competirá acompanhar o processo de recuperação dos terrenos à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo e à Câmara Municipal de Óbidos e está assinado pelos três técnicos envolvidos.-----

---Solicitou o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos à questão que ali tinha sido colocada na anterior sessão da Assembleia Municipal.-----

---Por último fez referência ao facto que o grupo parlamentar do PCP tinha apresentado um requerimento ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Óbidos, para que solicitasse a informação à Câmara, sobre diversas alterações verificadas na sinalização de trânsito rodoviário e que queriam saber se era alvo de prévia aprovação da Assembleia Municipal.-----

A Deputada Joana Machado, Membro da Assembleia Municipal, disse que anteriormente tinha sido informada nesta Assembleia Municipal que esse órgão iria debater o assunto referente a Escola Municipal, antes de ser tomada a opção final. Indagou se o debate já tinha data marcada.-----

Sobre o assunto disse que foi feita uma reunião com os encarregados de educação e foram distribuídos vários *flyers* com uma série de várias ofertas educativas.-----

Solicitou que fosse indicada a estimativa anual das despesas e receitas adicionais devidas à Escola Municipal.-----

---Por último, levantou a questão que tem a ver com rumores que tem ouvido. Atendendo que haveria uma redução do número de alunos. Perguntou se tinha fundamento os rumores sobre o risco do Complexo Escolar do Furadouro, que foi construído a pouco anos, deixar de funcionar. Disse que já se ouviu que fecharia só o quinto e o sexto anos. Já se ouviu que fecharia completamente no próximo ano letivo. Perguntou se tem algum fundamento este rumor.-----

---Foi dada a palavra ao membro da Assembleia, Ricardo Duque, que disse que a sua intervenção era no sentido de registar a realização do Festival da Ginja, que aconteceu na Amoreira e em nome de todos os membros da bancada do PSD dar os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amoreira e toda a sua equipa, por esta dinâmica e esta descentralização que temos vindo a assistir no nosso Concelho. Efetivamente a dinâmica associativa tem sido cada vez mais descentralizada, passando daquilo que só eram eventos das muralhas para fora delas, em todas as freguesias. Continuou dizendo que a sua intervenção vem mais no sentido de reforçar que o número de jovens cada vez mais, estão envolvidos nestas atividades e, para além da atividade que existiu na Amoreira, reforçar todas as outras freguesias e disse também que nas Gaeiras dessas ultimas atividades que têm acontecido, como por exemplo o evento 'no Pombal à Noite' também inserido numa rubrica da Junta de Freguesia. Esse evento deu um pouco a visão daquilo que tem sido o trabalho dos artesãos e dos produtores locais, que se têm disponibilizado completamente a estar nestes eventos. Congratulou o executivo camarário por todo apoio que tem sido dado nesse eventos e vem reforçar a sua intervenção afirmando da importância dos eventos



## Assembleia Municipal de Óbidos

7

Ata n.º 3

Reunião de 30.06.2014

em todas as freguesias no desenvolvimento comunitário das mesmas e a dinâmica associativa pelo qual o Concelho se orgulha. -----

---O Membro da Assembleia Municipal, Albino Sousa iniciou sua intervenção perguntando se a Câmara Municipal de Óbidos era contra a privatização da recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, vulgarmente designados lixos. Explicou que era uma pergunta que prende-se com o seguinte: - Os municípios do Oeste no âmbito da Associação AMO Mais, deliberaram que eram contra a privatização da Empresa Geral de Fomento mais conhecida por EGF, acionista maioritária da VALORSUL que se fundiu com a RESIOESTE, no vizinho Município de Caldas da Rainha todas as forças políticas votaram uma moção contra aquela privatização. No passado dia 13 de junho, a Assembleia intermunicipal do Oeste votou também uma moção contra essa privatização. Curiosamente nesta mesma Assembleia os dois deputados do PSD de Óbidos passaram a ser indiferentes à privatização dos lixos, para ter uma gestão privada com os objetivos de lucro. Sendo uma possível consequência de subida de preços deste serviço a pagar pela população.-----

---O Membro da Assembleia Municipal, Miguel Silvestre iniciou dizendo que gostaria de fazer uma referência relativo a questão do Bom Sucesso, não seria uma correção, mas um pequeno reparo. Em relação que a empresa que estaria em insolvência é a empresa que era responsável pela operação turística, portanto não era o Bom Sucesso enquanto projeto no seu todo. Sendo uma componente de várias empresas que existem neste grupo.-----

Referiu também a uma notícia muito importante que saiu na imprensa local e regional, relativamente aos saldos migratórios, sublinhando o facto de que Óbidos tinha um saldo migratório positivo, que era um bom sinal e era um sinal que também só acompanhado por cidades de grande dimensões e que naturalmente têm outra capacidade de atração, neste caso como a cidade de Caldas da Rainha.-----

Acrescentou uma terceira nota, dizendo que tem sido bastante insistente com o Eng.º José Machado em relação a propostas concretas e disse que por inteira justiça, que naquela data houve por parte do Eng.º José Machado um contributo do ponto de vista de gerar um debate com uma proposta concreta, concordando ao não com ela. Mas, era de se ressaltar que houve essa manifestação de abertura com uma proposta concreta para se debater. Dizendo que era uma questão importantíssima a abstenção crescente que graça no nosso país e que desde a primeira sessão começou-se por dizer que como grupo deve ser esse o espírito e o objetivo da Assembleia.-----

Referiu também, que gostaria de deixar uma nota interessante sobre aquilo que lhe pareceu um sinal de acerto da estratégia que vem a ser seguida nomeadamente com relação à Vila, mas também a Óbidos enquanto Concelho. Notificou que naquela semana na revista do Jornal Expresso havia o artigo denominado “8 motivos par vir a Óbidos”, onde grande parte deles eram realmente de iniciativa privada que representa uma mais valia. Não se refere somente à Lagoa , no caso há uma referência a Praia da Estrela, não menciona o Castelo, mas menciona várias iniciativas privadas com base na iniciativa pública que a Câmara Municipal tinha vindo a desenvolver com a empresa municipal Óbidos Criativa. Têm vindo a desenvolver nos últimos tempos, e portanto, foi



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		8
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

sempre, alguns destes projetos amplamente atacados, outros não tanto. Mas, ver-se naquele artigo a grande livraria de São Tiago, projetos como “Capinha d'Óbidos” que nasceu também do espaço, o EPIC, agora batizado recentemente, como Espaço 'Ó', e que é um projeto muito desenvolvido na forma colaborativa e comunitária. O Mercado Biológico e a Livraria e então o Espaço 'Ó' que foi talvez, uma das novidades mais recentes que surgiram na Vila. Disse que são sinais de apesar de uma crise externa que existe no país, em Óbidos, por iniciativa privada das pessoas e por acompanhamento e visão estratégica tem-se conseguido gerar novos projetos que hoje nos garantem ali, no que é um jornal de referência, páginas muito interessantes no ponto de vista daquilo que é o posicionamento da Vila para o futuro. Seria portanto, um sinal que as pessoas estão envolvidas cada vez mais. Havia ainda muito por fazer, mas era particularmente interessante sentirmos que estes projetos começavam agora a dar frutos, alguns deles cinco ou seis anos depois. Alguns deles e outros recentes como o caso do Espaço 'Ó'.--

---Foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Amoreira, José Manuel Simões que iniciou a sua intervenção a dizer que nos passados dias 20, 21 e 22 do corrente mês realizou-se o Festival da Ginja na Freguesia de Amoreira de Óbidos, disse que se havia oito motivos para vir a Óbidos pois já há nono motivo, para vir ao Festival da Ginja. -----

Relatou que tiveram muita ginja, artesanato, gastronomia, colóquios, passagem de modelos, oficinas, spa, animação de rua e fados. Afirmou que tudo isto era importante para promover a Freguesia, o comércio, a criatividade dos fregueses que apresentaram os seus trabalhos, as suas bebidas. Continuou dizendo, que não era só alegria e festas que o Concelho vive pois a Freguesia da Amoreira assim como a de Olho Marinho tem um problema gravíssimo que era a falta de médicos. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara poderia dizer-lhes alguma coisa-----

---Tomou da palavra o membro da Assembleia Paulo Cardoso que fez considerações sobre as intervenções anteriores e por fim solicitou ao Presidente da Assembleia que gostaria que todos os membros da Assembleia uns mais que outros necessitariam de obter uma identificação. Uma identificação que já estava consignada na lei dos estatutos dos eleitos locais. Disse que gostaria imenso que diligenciasse por forma a que tivessem todos um cartão. Um cartão que identifique todos os membros da Assembleia Municipal de Óbidos.-----

---Foi dada a palavra ao Membro da Assembleia João Veludo, após saudar a todos os presente, solicitou um ponto da situação sobre a atualização junto a Direção Geral de Energia e Geologia da concessão de exploração das águas termais das Gaeiras e qual a situação das negociações sobre o anunciado investidor.-----

---Tomou da palavra o Membro da Assembleia Francisco Teixeira, iniciou dizendo que era do seu profundo interesse no tema e que deve ser feita uma reflexão sobre o assunto que é obviamente sobre o caso da falência do Golfo do Bom Sucesso, desde sempre que a ideia de vender o litoral a retalho, modificando a essência do concelho e visando-o para um turismo bastardo como se fosse um ponto do arco-íris a fonte infinita de recursos. Era uma ilusão óbvia e um erro com trágicas consequências a estratégia de “algarvização” tinha o erro de fugir à raiz profundamente rural desta terra. A Lagoa não é um cenário para sessões de





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		9
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

fotografia é um ecossistema do qual dependem pessoas. É um recurso que se está a extinguir-se e não um equipamento de *marketing*. As praias, bem como as arribas, poderiam ser soluções turísticas sustentadas, equilibradas e orientadas para o bem como, nomeadamente a função dos seus munícipes. Tomaram-se para isso escondidos e cujos seus acessos foram sucessivamente amputados. As receitas previstas, quarenta mil camas, que por instrução da CCDR, foram apenas reduzidas para cerca de vinte e cinco mil, serviriam não o Concelho, mas fantasias que em vez de recolher para dias futuros, desperdiçaram-se em festas e discutível ganho e valor. A pressão urbanística que hipervalorizou alguma pequenas parcelas absolutamente controladas do território concelhio arrasou por completo o restante edificado do concelho. Como a reconhecida consequência da queda dos preços para metade ou mais ou será com a pressão empobreceram por mera tautologia(?)o concelho e seus munícipes, pela desvalorização do seu património. Reflexo evidente de uma política baseada na valorização de erros urbanísticos. Disse também que não se apostou na modernização da agricultura, na otimização dos recurso, na indústria local, num turismo a sério liberado e rentável. Chegados aquele ponto impunham-se uma profunda reflexão sobre o caminho a percorrer. Havia tempo ainda para corrigir os erros.-----

---O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Óbidos informou que a questão posta pelo membro José Raposo sobre o requerimento que foi remetido à Câmara Municipal deveria aguardar a esse pedido de resposta.-----

---Quanto a questão do cartão de identificação, se os membros da Assembleia Municipal desejarem ser portadores de um cartão que os identifiquem, se os grupos parlamentares acharem que isso era para fazer, poderiam solicitar à Câmara Municipal para se proceder a elaboração desse cartão. Não tendo nada a opor.-----

---Disse também, que gostaria de felicitar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Amoreira, pois constou que correu muito bem o festival da ginja. Felicitou o Presidente da Junta de Freguesia da Amoreira e toda a “gente” empreendedora que montou do zero, um grande evento com aquele. Enviou saudações pessoais e institucionais e aproveitou para de viva voz esclarecer o motivo de não ter podido participar por estar fora do país.-----

---Passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar as devidas respostas as questões ali colocadas.-----

---O Presidente da Câmara Municipal de Óbidos cumprimentou todos os presentes e iniciou a dizer que quanto as recomendações da deputada Cristina Rodrigues foi apenas um alerta, que ele próprio, sobretudo o Senhor Vereador José Carlos Capinha tem seguido o processo em causa com muita atenção em conjunto com o médico veterinário. E que esporadicamente tem encontrado alguns focos e tem procurado resolver.-----

---Prosseguiu a sua intervenção a falar sobre a questão da reforma do estado, do estado do concelho, da loja do cidadão. Lembrou que muitos dos serviços públicos da autarquia, já se permite que as populações possam a partir das suas casas, aqueles que não estão dentro da fasquia dos “infoexcluídos”, poderiam fazer um conjunto de pedidos. Muitas das Juntas de Freguesias associaram-se ao trabalho de serviços da administração pública local desconcentrados. Incluído na ordem do dia daquela Assembleia Municipal um desses dossiers de



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		10
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

descentralização e de proximidade com o cidadão. Era um trabalho que nunca estaria concluído, carecia sempre de maior aprofundamento e seguramente que se estaria sempre com necessidades de acrescentar novas valências, numa lógica de proximidade. Quanto a Loja do Cidadão, com as valências que lhe seriam reconhecidas. Quando houve essa intenção por parte do governo, houve a disponibilidade da Câmara Municipal de Óbidos para ter a Loja do Cidadão, mantendo os serviços públicos desconcentrados.-----

---Sobre as intervenções do Deputado Jorge Veloso, o Presidente da Câmara Municipal disse não ter percebido as intervenções, a primeira, quantos os trabalhos a mais da requalificação da Escola Josefa de Óbidos e da questão do financiamento e tudo mais.-----

---Quanto a outra questão disse não perceber se tinha a ver com os custos dos serviços municipalizados. O Presidente esclareceu que o Município de Óbidos não tem serviços municipalizados, portanto tem um serviço de águas e saneamento e não tem os custos operacionais mencionados.-----

---Sobre o mesmo assunto, disse que não percebeu o exercício relativamente ao limpa fossas e chegando à fatura. Disse que não conseguiu atingir a dimensão do raciocínio. Percebeu que o Deputado Jorge Veloso chegou a uma conclusão que os custos com saneamento são mais caros em Óbidos que nas Caldas da Rainha. Convidou o senhor deputado a fazer o mesmo exercício com o custo da fatura da água. Porque se fizesse esse exercício, não poderia fazer de forma parcelar, teria que fazer de forma integral e sistémica. Convidou o Deputado Jorge Veloso a fazer uma apresentação dizendo que afinal o custo da água onde concluía a tarifa de saneamento de resíduos sólidos urbanos a água é muito mais barata em Óbidos que nas Caldas da Rainha, e, essa era a grande conclusão que se poderia tirar, conforme estudos efetuados pela consultora Delloit, os quais pagos pelos municípios do oeste, que mostraram e provaram exatamente a afirmação do Presidente da Câmara.-----

---Relativamente às questões colocadas pelo Membro da Assembleia, Rui Raposo, sobre o portão junto ao aqueduto, o Presidente da Câmara agradeceu a chamada de atenção e solicitou que posteriormente identificasse o sítio em particular para poderem ver se o local está acautelado ou não.-----

---Informou que quanto ao assunto da “curva do Anselmo” foi uma recomendação, cujo o assunto já esteve em pauta na reunião do executivo.-----

---O Presidente da Câmara falou sobre a questão que foi apontada em várias intervenções sobre o projeto do Bom Sucesso. Pediu que não confundissem o Projeto do Bom Sucesso, com a empresa que gere a componente de turismo do Bom Sucesso. Porque o que estava em causa era um processo de insolvência da empresa que gere a parte turística do Bom Sucesso. E, portanto, fazia toda a diferença. Não estava em causa a construção do hotel, porque havia muita iniciativa privada e o próprio investidor com capacidades para o fazer, mas, este assunto não era da competência do Presidente da Câmara estar a se imiscuir na esfera do domínio privado desta matérias e era da opinião que não deve ser regozijo para ninguém. Quando a intervenção do Deputado Francisco Brás Teixeira disse que se partiu do pressuposto errado, o hotel iria continuar, toda a operação turística iria continuar. Chamou a atenção que o Deputado estava absolutamente errado, pois se houve alguém que se preocupou com o que tinha



## Assembleia Municipal de Óbidos

11

Ata n.º 3

Reunião de 30.06.2014

sido consignado na figura do Plano Diretor Municipal, com as ditas quarenta mil camas, para retirar essa carga de construção, para ter um turismo de grande qualidade, para ter um turismo de sustentabilidade, para garantir a sustentabilidade do território, essa pessoa foi o executivo liderado pelo Dr. Telmo Faria e foi ao contrário de que estavam a afirmar. Não foi uma imposição da CCDR. Foi uma proposta que a própria CCDR, acolheu de bom grado e que deve dizer que em toda CCDR Lisboa e Vale do Tejo foi o primeiro plano de estrutura aprovado na CCDR para reduzir para metade da carga de construção, se houve alguém responsável no bom sentido, preocupado com a sustentabilidade de todos os empreendimentos turísticos e sobre tudo com o território, foi a Câmara liderada pelo Dr. Telmo Faria. No passado, no qual teve o orgulho de estar durante uma noite com o executivo e portanto, não podem dizer que a CCDR.-----

---Finalizou dizendo que a Câmara tem acompanhado o assunto e só essa razão permite dizer que o projeto não está em causa. Seria a única coisa que poderia dizer.-----

---Sobre a questão do esclarecimento da exploração do planalto das Cesaredas ao Deputado José Rui Raposo disse que percebeu toda a explicação ou esclarecimento que prestou, só não entendeu o que estava em causa pois aquilo que a exploração teve para poder laborar, o chamado plano de exploração, foi uma autorização ou uma licença provisória passada pelo Ministério da Economia, enquanto não chegou o licenciamento definitivo para poder continuar a laborar efetivamente. A Câmara em articulação com outras entidades e na vigência do PDM disse não era possível ter uma licença de exploração definitiva, e portanto seriam coisas diferentes.-----

---E relação a questão que a Senhora Deputada Joana Machado ali colocou, designadamente a questão do debate. A proposta foi colocada, mantendo-se em cima da mesa. Naquele momento, não havia matéria de facto para poderem discutir. Disse que, desde as Associações de Pais, pais, alunos, professores, educadores, algumas associações, houve uma reunião apenas para dar conta da oferta educativa que teriam para o ano 2014/2015 e foi obviamente assumido e a Senhora Deputada sabia porque esteve numa reunião. Temos um quadro de competências que foi proposto à Câmara com mais autonomia para a escola. Disse que a proposta foi aquém daquilo que estava a espera isso não queria dizer que foi ao nível daquilo que precisavam para de facto ter uma verdadeira escola municipal, mas foi além daquilo que esperavam e que em todo o caso era preciso aprofundar ainda mais nessa matéria para depois terem condições para discutir a questão do ponto de vista financeiro. Sublinhou que queria que ficasse claro: não esperava pelo dossier da escola municipal para mexer em mais oferta educativa, mais qualidade, no sistema educativo e queria evidenciar também, que para quem muitas vezes critica esse processo ou critica os indicadores e os resultados, que os alunos que passaram nos complexos escolares, do Alvito, do Furadouro, dos Arcos, que em sede dos resultados a Português e a Matemática do 4.º ano e do 6.º ano tiveram uma subida significativa dos seus resultados. Disse que era importante evidenciar. Concluiu dizendo que quando houver condições para discutir esse assunto vão discuti-lo. Quanto ao fecho do Complexo Escolar do Furadouro, não era verdade nunca ninguém na Câmara



## Assembleia Municipal de Óbidos

12

Ata n.º 3

Reunião de 30.06.2014

ousou pensar em fechar qualquer que fosse o Complexo Escolar e tudo o que se possa dizer a esse respeito seria mentira.-----

---Passou a referir a intervenção do Deputado Ricardo Duque, que falou sobre o Festival da Ginja e o Bazar do Pombal aproveitando a oportunidade para cumprimentar o senhor presidente da Junta de Freguesia das Gaeiras e da Junta de Freguesia da Amoreira, pela iniciativa que tiveram, pois teve a oportunidade em qualquer delas de verificar muito do património que temos escondido no nosso território e que estes eventos são oportunidades únicas para detetar esses talentos que temos escondidos e que se pode trazer para um espaço que foi recentemente inaugurado, um espaço comunitário que é o Espaço "Ò" e dar outra dignidade e outra capacidade para competir a estas mesmas pessoas que são a razão para a existência destes eventos e estas já eram suficientes. Cumprimentou os senhores presidentes das Juntas de Freguesia e a Associação dos Jovens Voluntários das Gaeiras pela excelente iniciativa que tiveram sobre essa matéria.-----

---Prosseguiu dizendo que a intervenção do senhor Deputado Albino Sousa foi uma pergunta clara: se a Câmara era contra a privatização da EGF? Sobre o assunto disse que anteriormente numa sessão da Assembleia Municipal tinha chamado a atenção para esse assunto e para as dificuldades que poderiam surgir da privatização da EGF, não só na questão dos resíduos, por que esta era uma componente, mas na componente das águas. Disse que não só eram contra, como também levaram uma carta à Câmara, dizendo que eram contra e eram contra a forma que foram tratados enquanto acionistas e parceiros daquela empresa. Informou que foi tomada uma posição pública, no seio dos presidentes de câmara da Oeste-CIM.-----

---Sobre a intervenção do Deputado José Manuel Simões relativamente a falta de médico na Amoreira e no Olho Marinho o Presidente da Câmara passou a explicar à Assembleia Municipal que o problema era que claramente a falta de médico na Amoreira e no Olho Marinho. Explicou as diligências que a própria Câmara tem tomado sobre essa matéria e a própria Junta da Amoreira e a Junta de Olho Marinho dizendo que realizou-se uma reunião na semana anterior a propósito daquele assunto em que foi assumido claramente que na ausência de possibilidade por parte do Ministério de assumir o pagamento de prestações de serviço a médicos as Juntas de Freguesias e Câmara Municipal estavam disponíveis para pagar um médico para fazer o acompanhamento dos doentes na Amoreira e no Olho Marinho. Decisão esta que foi comunicada à diretora interina do ACES que estava naquela altura com dificuldade, porque do ponto de vista legal não era possível a Câmara participar. Mas, que esperava ter o assunto resolvido. O assunto era uma prioridade do executivo e não deixará de lutar até que se resolva, mas como se sabe, a responsabilidade, não era da Câmara Municipal nem das juntas de freguesia.-----

---O Presidente da Câmara continuou a informar sobre a questão das termas referido na intervenção do Sr. Deputado João Veludo, disse que o diploma estava para sair no decorrer do mês de julho. Estavam a fazer o caminho possível para dinamizar e para o início a uma possível abertura das água termas das Gaeiras à comunidade, à população, mas antes disso podem acontecer coisas e vão acontecer coisas naquele território e sobretudo naquele espaço e portanto coisas



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		13
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

muito ligadas ao bem estar e aos produtos e a própria comunidade. Informou também que haverá uma estratégia de ligação de turismo à comunidade seja ela dos setores mais clássicos como a agricultura, a saúde, a indústria, seja o que for, os artesãos, os sapateiros, todos e de estreita ligação àqueles que vão estar a trabalhar nos edifícios centrais do Parque Tecnológico e que essa será também, mais uma âncora de desenvolvimento articulado e pensado, debaixo de uma visão, de um território com cada vez mais oferta e mais qualidade de vida, com uma estreita ligação a terapias complementares.-----

---Relativamente a intervenção do Senhor Deputado Francisco Brás Teixeira disse que de alguma maneira já implicitamente tinha respondido a questão colocada.-----

---Foi dada a palavra ao Membro da Assembleia, José Raposo, disse que a sua intervenção era só para reafirmar uma questão, porque o senhor Presidente da Câmara, não percebeu o que tentou esclarecer sobre a exploração da pedra no Planalto das Cesaredas. Era que o documento que foi enviado pela Câmara Municipal, pelo senhor vereador Pedro Félix era a cópia da decisão tomada pelo grupo de trabalho e o documento em causa era um documento que veio do Ministério da Economia, da Direção Geral de Energia. Referiu também, que na Sessão passada pelos vistos o que estava em causa pela parte da Câmara era a diferença entre o domínio público e o domínio privado. Pois se constata o que estava naquele documento não era isso que estava em causa, o que esta em causa era o de haver ou não exploração na reserva ecológica. Pelos vistos, os vinte e cinco mil metros quadrados solicitados pela exploração, estavam todos de acordo com documentos no âmbito da REN e daí a decisão que está aposta de que está interdita à exploração "ponto final" e a exploração deixou de ser feita algum tempo depois da decisão conhecida. Pede que o Senhor Presidente da Câmara diga em abono da verdade, que mesmo já com a decisão divulgada a exploração continuou a ser feita por mais algum tempo. Naquele momento estaria parada. O que era uma realidade era que constava do documento outra decisão no sentido de o proprietário repor os terrenos tal como estavam anteriormente e isso efetivamente não foi feito. A Câmara e a CCDR ficaram com a responsabilidade de acompanhar esse processo. Estavam a falar de um documento de 2011, estamos em 2014 e tudo continuava na mesma. A única coisa que não continua na mesma era que a exploração saltou do Concelho de Óbidos para o Concelho da Lourinhã. Essa era a realidade. De todo o modo, o problema mantinha-se nos termos que descreveu.-----

---Segunda questão referiu sobre o Bom Sucesso, disse que não deixava de ser uma preocupação, o facto de um investimento daquela dimensão estar parado, tem os salários em atraso e outras remunerações, mas para além disso, havia uma situação concretamente anunciada, pública de desvalorização do imobiliário que naturalmente inviabiliza o futuro do projeto. Falou-se na questão do hotel. O hotel estava parado há mais de um ano, e não havia viabilidade quanto ao seu futuro, não valia a pena fingir que os problemas não existiam.-----

---Disse que o Senhor Presidente não respondeu concretamente, pois a Assembleia precisa de saber que diligências em concreto é que foram feitas.-----

---Continua o Deputado José Raposo dizendo que não pode deixar de ficar preocupado com a solução qual a Câmara Municipal pretende adotar





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		14
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

relativamente ao problema da falta de médico, no Olho Marinho e na Amoreira com a previsível falta de médico, assumir a responsabilidade que cabe por inteiro a Administração Regional de Saúde enquanto estrutura do serviço nacional de saúde, no sentido de contratar um médico e pagar na totalidade ou em parte, os honorários desse mesmo médico era desvirtuar por completo, as competências de ambas as partes, da ARS, da Câmara Municipal, o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, competia por inteiro à Administração Central e competia ao Ministério da Saúde e o Ministério da Saúde não podia fugir das suas responsabilidades que era isso que têm estado a fazer. Portanto, isto era uma situação inaceitável, porque os meios financeiros que iriam ser utilizados no pagamento do dito médico fariam falta para outras necessidades, para o Município e para a respetiva Junta de Freguesia.-----

--Neste momento, ausentou-se o Presidente da Assembleia Municipal. Assumiu a presidência da Mesa da Assembleia, o primeiro secretário, Senhor Fernando Jorge Silva, que passou a palavra a Deputada Cristina Rodrigues.-----

--A Deputada Cristina Rodrigues disse que a primeira questão achava que não seria resolvida naquela reunião e sugeriu que o o senhor Presidente da Câmara e o Deputado Jorge Veloso falassem os dois se possível, provavelmente não percebeu, mas ela própria ficou com a dúvida que o Deputado Jorge Veloso colocou e que ele colocou o ponto de vista bem, que de fato ficou sem saber quanto custava pagar a limpeza de uma fossa e por que é que existia aparentemente uma disparidade dos custos entre Caldas da Rainha e Óbidos. Confirmou que continuava com a mesma dúvida e admitiu que não tenha sido totalmente compreendido e sugeriu que numa próxima Assembleia Municipal, que o assunto seja esclarecido, e até pelo adiantado da hora, não fazia sentido estarem a perder tempo com isso.-----

--A segunda nota era uma sugestão que já tinha feito oportunamente, não do modo mais formal, queria voltar a fazer e que parecia importante. Não tinha a ver com o funcionamento da Assembleia no sentido estrito, mas tinha a ver com o conhecimento entre os Membros da Assembleia e os próprios membros da Câmara. Disse que não estava permanentemente em Óbidos. Admitiu que muitas outras pessoas também não estavam e outras, ainda que vivessem, provavelmente, não se cruzavam nas suas vidas privadas e portanto, estavam todos junto na Assembleia a lutar pelo mesmo objetivo. Seja qual for a bancada em que estavam, que era o desenvolvimento do Concelho e o bem estar dos munícipes. Disse que de fato não conhecia a maior parte das pessoas da bancada do PSD, por exemplo, mas também não conhecia as pessoas que estavam em representação do CDU, pelo menos os dois deputados que estavam ali presentes. Fez uma sugestão que pareceu-lhe interessante, que todos os membros em futura Assembleia Municipal pudessem juntar-se um pouco antes do início da sessão, para tomar um chá, beber um refresco e conversarem um "bocadinho" ou eventualmente marcarem um jantar para conhecerem-se melhor. Para saberem o que é que cada um faz. Achava que isso tinha benefícios no plano do conhecimento pessoal e também até do ponto de vista político da capacidade das sinergias que se deve estabelecer dentro da Assembleia. Foi uma sugestão.-----



## Assembleia Municipal de Óbidos

15

Ata n.º 3

Reunião de 30.06.2014

— Foi dada a palavra ao Membro da Assembleia, Albino Sousa, disse que folgava em saber que a Câmara Municipal estava contra a privatização da IGF. Disse que já sabia antemão qual era a posição que a Câmara tinha tomado, mas ficou com certa dúvida quanto os elementos do PSD, na CIM, na Comunidade Intermunicipal se abstiveram. Questionou se Câmara Municipal de Óbidos já não estava empenhada em ser contra aquela privatização. Disse que estranhou, pois estando a Câmara empenhada como se empenhou naquela privatização, que depois os seus representantes na Comunidade Intermunicipal se abstiveram.-----

---O Deputado Albino Sousa continuou a sua intervenção dizendo que a outra chamada de atenção prendia-se com a intervenção do Deputado Jorge Veloso, que pela primeira vez aquela bancada deu os parabéns ao Município e às suas obras e o Senhor Presidente estava distraído porque estava a conversar. Pensa que na próxima vez e terão mais oportunidades de louvar. Salientou isso, porque tem ouvido nas últimas Assembleias que são “bota abaixo”. Quando não são “bota abaixo” não ouvem.-----

---Foi dada a palavra ao Membro da Assembleia Municipal, João Paulo Cardoso, que explicou ao Presidente da Câmara Municipal que queria enaltecer e sublinhou o que os colocou em Óbidos. A iniciativa privada, claro que era bem vinda, mas interessa-os como integrantes da Assembleia Municipal fiscalizar e ajudar a Câmara. Portanto, aquilo era um órgão deliberativo e ajudar a Câmara, aconselhar a Câmara. Disse que acreditava que a Câmara tinha bons conselheiros. Aconselhar a Câmara para que o embelezamento da Vila seja de forma a atrair as pessoas, e que conhecia muita gente e todos conhecem que criticam a forma que estavam os telhados, como está a caiação das casas. Como estavam as torres das igrejas, de duas principalmente: São Pedro e Santa Maria. Disse que era só um aparte que foi só um alerta, porque a posição do membros da Assembleia era como um auxílio à Câmara. Não estavam lá para criticar ninguém. Disse que a Igreja de Santa Maria se não tivesse uma intervenção urgente iria ter problemas, já não era com o cair que se iria lá. Tinha que ser de uma maneira mais profunda. Relembrou que a questão já havia sido debatida naquela Assembleia.-----

---Foi dada a palavra ao Membro da Assembleia Municipal, Miguel Silvestre, que disse que não queria abrir um novo foco de discussão, mas ficou um “bocadinho” confuso com a abordagem do PCP e do Deputado Rui Raposo, por um lado criticou a Câmara Municipal por não agir, quando a Câmara Municipal agiu em favor dos cidadãos era porque o Estado não estava a cumprir de alguma maneira a sua missão. A Câmara Municipal era criticada porque estava a cumprir o papel que deveria ser do estado. Então, o que havia ali era sempre a mesma dicotomia que nunca percebeu bem, na verdade como era que se resolvia o problema. Disse que compreendia o problema perfeitamente que era essa a questão e que era estranho.-----

— Finalizou dizendo que quando estão com a preocupação com os cidadãos e algumas pessoas estiverem à espera do médico ou estiverem horas a espera de consultas se poderia dizer que a Câmara Municipal não podia intervir porque o Estado é que tinha essa obrigação de resolver o assunto.-----

—Posteriormente, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção a falar sobre as questões ali apontadas pelo Deputado



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		16
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

Rui Raposo e quanto a questão do processo de insolvência não queria contribuir para o ruído no espaço público sobre a matéria, e portanto, tinha plena consciência que tudo tinha feito e continuaria a fazer para ter a possibilidade de dizer que o hotel não iria acabar e que o empreendimento turístico em causa não iria acabar. Ratificou que não iria contribuir mais para aquela matéria de ruído. Enquanto Presidente da Câmara de Óbidos disse que os investidores que vêm para o território sejam acarinhados, sejam bem tratados e obviamente que haja exigência sobre eles e que haja crescimento. Era aquilo que interessava a todos. Aquela seria a sua postura.-----

—Quanto a matéria que também ali foi apontada relativamente ao médico, disse que era uma questão de ideologia, e, que partia do pressuposto que em matéria da saúde havia pessoas com dependência de insulina e que havia pessoas com doenças crónicas a precisarem de médicos e cuidados semanalmente. Afirmou que estariam na luta enquanto sentirem que faziam parte da solução em nome das pessoas. Porque a obrigação do Presidente da Câmara de Óbidos era defender tais pessoas, sem prejuízo, obviamente de reclamar às instâncias superiores a necessidade de serviços que se tinha nos território. Disse também, que quem se investiu milhares de euros em extensões de Centros de Saúde e quem investiu no passado para posicionar esse território como um território que possa continuar a atrair pessoas e que se mostra naqueles indicadores que saíram na comunicação social que Óbidos, apesar da tendência seja de reduzir, o número de movimentos migratórios, continuava a atrair pessoas. Em nome disso o Presidente da Câmara continuaria a atuar e continuaria atento àquilo que se passava no seu território e que não se escondia atrás de uma qualquer ideologia ou atrás de um qualquer membro do Governo. Disse que são diferenças de estilo ou diferenças de ponto de vista ideológico e que não ia dizer a um doente do Olho Marinho ou da Amoreira que não tinha médico por causa do Governo e que não era uma responsabilidade da Câmara. Isso não faria.-----

—Em relação a questão sobre às Cesaredas, o Presidente da Câmara disse que havia duas questões: uma era a invasão do espaço do domínio privado do município pelas pessoas que estavam a fazer exploração e que foi imediatamente travado. Era desse processo que foi falado na anterior Assembleia Municipal em paralelo com uma outra situação de uma licença provisória com o Ministério da Economia tinha emitido para esses proprietários para poderem explorar, e que mais tarde quando se veio a requerer o licenciamento da respetiva exploração e plano de lavra, o mesmo foi recusado e foi chumbado pelas entidades. Disse também que as Câmaras sobre essa matéria de licenciamento de inertes recebem zero e quem recebe é a Administração Central e no momento de reposicionar e colocar os terrenos como estavam não contassem com a Câmara Municipal de Óbidos. Governo que recebeu que pagasse e que exigisse as garantias bancárias que exigiu na altura da emissão da licença.-----

—Quanto a questão da que a Senhora Deputada Cristina Rodrigues, quanto a intervenção do Deputado Jorge Veloso disse que tinha pena mas sinceramente não tinha percebido, mas, com certeza iria ter oportunidade de conversar com ele sobre o assunto. Disse também, que queria deixar claro que todas as taxas que se colocam não podem colocar de forma *ad doc*. Tinha que ter subjacente a essa taxa todos os custos inerentes, que justifiquem o valor da taxa e portanto, os



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		17
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

valores das taxas em causa foram colocados para o conjunto dos Municípios, através de um estudo que a própria OesteCIM contratou. Disse que acreditava que foi por volta de 2007/2008 em que as Câmaras se serviram destes estudos para colocar as suas taxas. Os territórios seriam distintos e tinham realidades distintas, Não podiam colocar uma taxa qualquer conforme lhes apetecia ou conforme estava a disposição no dia em que acordavam. A questão das caiações que o deputado João Paulo voltou a enfatizar disse o presidente da Câmara que naquele dia esteve a falar com o executivo sobre o assunto, pois havia cinco pessoas do Centro de Emprego há cerca de cinco meses para ter as pessoas a trabalhar e naquele dia tinha perguntado aos serviços o que é que faltava para por as pessoas a trabalhar, porque só tinham duas pessoas para o efeito. Explicou que tinham consciência daquilo que era preciso fazer na Vila de Óbidos, mas naquele dia tinha dado instruções para ser resolvido de uma maneira ou de outra a questão das caiações. Informou que a senhora vereadora tinha reunido com o diretor da DGPC – Direção Geral de Património e Cultura e levou em mãos um trabalho que os técnicos fizeram sobre a recuperação do património, quer na Vila, quer no Santuário Senhor da Pedra e acrescentou dizendo que depois dessa reunião vieram os técnicos da DGPC para fazer uma análise técnica do era preciso ser feito. Posteriormente tiveram uma reunião com o sub-diretor responsável pela área com o intuito de encetar um conjunto de projetos de execução para a preparação das condições no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Sobre o assunto frisou que as Direções Gerais de Património, Finanças e Tesouro tinham que ter parte contributiva naquele processo e que isto é um património do Estado Português não era apenas património da Câmara Municipal de Óbidos. Como a fábrica da Igreja tinha que ser participativa naquele processo. Não podia ser apenas às expensas da Câmara que se fazia tudo e o que ficou estabelecido efetivamente foi a realização de um protocolo entre as partes para chegar-se em sede de abertura de uma candidatura que se possa incluir várias empreitadas. Confirma que estão a trabalhar muito sobre essas matérias e entre outras matérias.-----

-- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número dois (2) referente à sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia 30 de abril de 2014.-----

--- A ata foi aprovada por maioria, com duas abstenções.-----

--- Aprovada em minuta por unanimidade.-----

-- **PONTO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS:**-----

-- O Presidente da Assembleia Municipal de Óbidos iniciou o assunto a recordar que a Deputada Cristina Rodrigues ficou de coordenar o trabalho para que a Assembleia tivesse um regimento atualizado.-----

De seguida passou a palavra a Deputada Cristina Rodrigues deu início a sua intervenção dizendo que relativamente à questão do regimento queria pedir que o ponto em causa passasse para a próxima Assembleia Municipal, já que ainda não tinham o trabalho completamente concluído e faltava ainda fazerem uma reunião com a CDU. Esclareceu que tinham feito um trabalho prévio essencial, por email, ela própria e a representante da Bancada Social Democrata, mas não tida dado tempo para alargarem a discussão. Portanto, manifestou que gostariam muito,



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		18
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

também em nome do consenso que o documento merecia, que o ponto passasse para a próxima Assembleia.-----

---Tomou da palavra o Deputado José Raposo que em nome do seu grupo parlamentar manifestou a concordância com a proposta apresentada.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal disse que então, os representantes das bancadas iriam agendar um encontro para poderem limar alguma questão que estivesse ainda a precisar de ser consensualizada. Porque, de fato, era muito importante que o Regimento fosse um Regimento de toda a Assembleia e que todas as forças políticas que estão ali representadas na Assembleia sintam-se bem com o seu regimento. Disse também, que o papel do Presidente da Assembleia era apenas de dirigir e coordenar os trabalhos, mas, cabia à Assembleia Municipal decidir sobre esta e outras questões. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi a proposta de agendamento do assunto para a próxima sessão ordinária do mês de setembro, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade .-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- **PONTO TRÊS - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE PROPOSTAS DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA, AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA L) E M) DO ARTIGO 33º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO E AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO - COBRANÇA DE FATURAS MUNICIPAIS:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referencia dois mil e quatorze, SACEF, S, trinta e um, quatrocentos e noventa e nove, remetendo para apreciação e eventual autorização prévia, a assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º, n.º 1, alínea c), da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, lei dos compromissos, relativamente à proposta de contrato de delegação de competência a celebrar com as Juntas de Freguesia para cobrança de faturas municipais relativas aos serviços de águas e saneamento e do programa “Crescer Melhor” -----

--- Foi dada a palavra ao Deputado Paulo Cardoso que iniciou dizendo que estavam numa fase de cumprimentos e felicitou a Câmara Municipal de Óbidos porque tinha feito aquilo que com muita honra o senhor Mário Marques e o senhor Sérgio Félix e também ele próprio contribuíram para que a junta de freguesia de Santa Maria fosse a primeira a poder cobrar as faturas municipais. Disse também, que folgava em saber que facilitaram a vida aos cidadãos e a Câmara contribuiu para isso.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a aprovação/autorização de propostas de celebração de contrato interadministrativo de delegação de competência referente à cobrança de faturas municipais, posta à votação, tendo sido a proposta para autorização aprovada por unanimidade.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- **PONTO QUATRO – APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS CONSTANTES DA INFORMAÇÃO DA SAEP, DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21**





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		19
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

**DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS; INCLUINDO TAMBÉM A AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, ATENDENDO AO FACTO DO VALOR ANUAL EXCEDER O MONTANTE DE 99.760 €, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 22º DO DL N.º 197/99, DE 08 DE JUNHO, RELATIVO AO PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE REFEIÇÕES PARA O SERVIÇO MUNICIPAL DE REFEIÇÕES DE ÓBIDOS:-----**

---Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referencia dois mil e quatorze, SACEF, S, trinta e um, quatrocentos e noventa e cinco, com data de dezassete de junho do corrente ano, que a seguir se transcreve:-----

---"Assunto: Compromissos plurianuais e repartição de encargos por diferentes anos económicos. -----

Ex.mo Senhor Presidente,-----

No seguimento da informação dos serviços da Secção Administrativa Central, encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de informar V/ Ex.a que esta Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada no dia 13 de junho de 2014, aprovou, por unanimidade, a assunção de compromissos plurianuais dos procedimentos identificados na informação anexa, ao abrigo do previsto no artigo 6º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e autorizou, por unanimidade, a repartição de encargos relativo ao procedimento para o fornecimento em contínuo de refeições para o serviço municipal de refeições de Óbidos, atendendo ao facto do valor anual exceder o montante de 99.760,00 €, conforme previsto no artigo 22º do DL n.º 197/99, de 08 de junho. -----

Mais deliberou submeter a aprovação dessa Assembleia Municipal a autorização para a assunção de compromissos plurianuais dos referidos procedimentos e autorização da repartição de encargos relativo ao procedimento para o fornecimento em contínuo de refeições para o serviço municipal de refeições de Óbidos, nos termos legais supra identificados. -----

Com os melhores cumprimentos. -----

O Chefe do Gabinete-----

Ricardo Capinha"-----

---Pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada a palavra à Senhora Deputada Joana Machado que disse que o Grupo Municipal do Partido Social votaria a favor daquela proposta, mas aproveitou para alertar da necessidade de reforçar o controle de qualidade das refeições escolares, a qual tem sido questionada por alguns alunos e encarregados de educação. Prosseguiu dizendo que estas questões tem referido maioritariamente na qualidade, na quantidade e na situação de algumas refeições que foram servidas frias ou pouco quentes, pelo menos. Sabem também de uma situação que seria mais dos alunos da Escola Josefa de Óbidos que é uma situação muito difícil de controlar, mas preocupa-os também que os alunos troquem a refeição escolar por uma refeição rápida, e por vezes bastante calórica, numa superfície perto da escola. Sabiam também perfeitamente que é muito difícil controlar essa situação, pois, acabam por ficar deficientemente alimentados que contribui para futuros problemas de saúde, designadamente a obesidade. Concluiu dizendo que deixava ali um alerta.-----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia disse que o alerta estava feito e como não se verificou mais intervenções, posta a votação, tendo sido a proposta para



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		20
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, aprovada por unanimidade.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

**-- PONTO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NO ART.º 6.º, N.º 1, ALÍNEA C), DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS, REFERENTE AOS APOIOS FINANCEIROS A CONCEDER NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS MUNICIPAIS A INSTITUIÇÕES COM INTERVENÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL;-----**

--Foi presente o ofício expedição número mil setecentos e cinquenta e três barra dois mil e catorze, com data de vinte e sete de junho do corrente ano, conforme a seguir se transcreve:-----

---"Assunto: Assunção de compromissos plurianuais no âmbito do Regulamento do Programa de Atribuição de Apoios Municipais a Instituições com Intervenção de Âmbito Social Ex.mo Senhor Presidente, No seguimento da informação dos serviços da Secção Administrativa Central, encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de informar V/ Ex.ª que esta Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada no dia 27 de junho de 2014, aprovou, por unanimidade, o relatório para atribuição de Apoios Municipais a Instituições com Intervenção de Âmbito Social, e deliberou, ao abrigo do previsto no artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter a essa Assembleia Municipal para autorização prévia a assunção de compromissos plurianuais.-----

Com os melhores cumprimentos,-----

Adjunto do Presidente-----

Por delegação de competências-----

Rui Miguel M. C. Vargas Henriques-----

---O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Deputado Jorge Veloso que iniciou a sua intervenção dizendo que o Grupo Municipal do Partido Socialista votaria a favor daquela proposta e perguntou o motivo deste assunto não ter sido tratado mais cedo. Para o benefício da Ação Social e observação dos prazos legais para os deputados municipais analisarem a proposta de deliberação. Aproveitou igualmente para sugerir a elaboração de um estudo sobre a pobreza no Concelho de Óbidos. Disse que o estudo em causa já tinha sido anteriormente sugerido e seria muito bom conhecer com mais rigor as necessidades sociais atualizadas do Concelho.-----

--- Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção dizendo que apenas queria enfatizar que o assunto foi trazido à Assembleia Municipal naquela data depois do mesmo ter sido submetido à deliberação na última Reunião de Câmara e que não foi possível ir a outras reuniões anteriores e a responsabilidade desse ponto de vista foi absolutamente estranha a Câmara Municipal de Óbidos e aos serviços da Câmara Municipal de Óbidos. Disse que queria esclarecer que aquela era uma atribuição de apoios sociais a rede social do Concelho criada há vários anos e que era um dos maiores apoios que deram nos últimos anos. Frutos das circunstância em que vivemos. Fruto também, daquilo que foram gizadas como prioridades dentro do quadro do orçamento municipal para o exercício de dois mil e catorze, em que



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		21
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

disseram e reafirmaram que o domínio das áreas sociais era para se reforçar. Continuou dizendo que estava ali um exemplo inequívoco dessa dimensão em que houve um reforço claro de verbas para apoios sociais, mas a dimensão do apoio social tem sido feito para além do exercício do dinheiro. Todos os apoios que se têm dado, quer sejam na estrutura do COLAB, quer sejam no Espaço “Ó”, que recente criaram. Esse apoio tem de ser feito de forma sistemática e tem sido feita numa dimensão muito diferente daquela mais clássica, que fica apenas naquela dimensão de entregar um dinheiro a troco dessa dependência . Por outro lado, criaram também, com aprovação da Câmara Municipal de Óbidos o apoio aos medicamentos ou vale de medicamentos para as pessoas a partir dos sessenta e cinco anos e que estava em discussão pública e que viria também à apreciação da Assembleia Municipal para poderem, nessa circunstância vir a aprovar e com isso a concederem mais apoios a um outro escalão etário e sobre tudo, a pessoas que de fato havia necessidades prementes no seu dia a dia. Foi o que assumiram em sede de orçamento estão a cumprir. Finalmente disse que essa era a mensagem clara que ficava ali bem evidente.-----

---Neste momento o Deputado José Machado e o Deputado Albino Sousa informaram que não participariam na votação deste ponto da ordem de trabalhos por serem membros de direções de instituições beneficiárias dos apoios propostos.-----

---O Presidente da Mesa da Assembleia disse que tinha dúvidas sobre essa aplicação da lei, porém não era jurista. Continuou dizendo que estavam apenas a aprovar uma autorização prévia de um regulamento. A distribuição do apoio, talvez os impedissem. Alertou para que talvez ficassem desfalcados, pois quase todos os elementos faziam parte de Associações. Comentou que achava que essa lei foi feita para que os senhores presidentes de vereadores não fizessem parte de muitas das Associações com o argumento que depois não os poderia apoiar, um bocado paradoxo. Havia um conjunto de impedimentos que gostaria que ficassem registados em ata para ter eficácia:-----

---Declararam-se impedidos de participarem na votação do ponto cinco da ordem de trabalhos, por serem membros de direções de instituições beneficiárias dos apoios propostos, os seguintes membros da Assembleia Municipal: José Machado, Albino de Sousa, Luís Coito Ribeiro e Hélder Mesquita.-----

**--- Como não houve mais intervenções, foi a proposta para autorização prévia para assunção de compromisso plurianual, aprovada por unanimidade.-----**

**--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----**

**--- PONTO SEIS - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2013, CONFORME PREVISTO NO N.º 2 DO ART.º 76.º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO- -----**

---Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referencia dois mil e quatorze, SACEF, S, trinta e um, quatrocentos e noventa e sete, com data de dezassete de junho do corrente ano, que a seguir se transcreve na integra:-----

---”Assunto: Prestação de contas consolidadas – 2013-----  
Ex.mo Senhor Presidente,-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		22
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

No seguimento da informação dos serviços da Secção Administrativa Central, encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de informar V/ Ex.a que esta Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada no dia 13 de junho de 2014, aprovou, por maioria, a prestação de contas consolidadas de 2013, e deliberou submeter a essa Assembleia Municipal para aprovação.-----

Com os melhores cumprimentos.-----

O Chefe do Gabinete -----

Despacho n.º 6/PRE/2013-----

Ricardo Capinha” -----

---O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Óbidos passou a palavra ao Deputado José Machado que iniciou a sua intervenção dizendo que iria fazer de alguma forma breve, primeiro algumas considerações iniciais e depois alguma perguntas e por fim uma sugestão completa de tipo formal.-----

---”Considerações Iniciais: No Balanço Consolidado conseguinte o somatório algébrico das contas da Câmara Municipal e da empresa municipal, Óbidos Criativa, resulta relativamente do ano de dois mil e treze que é o que estamos a analisar e vem apresentando lá, um prejuízo de dois virgula sete milhões de euros”.-----

---Em dois mil e oito o Município tinha uma dívida bancária de médio prazo no valor de dois virgula quatro milhões de euros. Em dois mil e doze já estava em sete virgula quatro milhões de euros e no final de dois mil e treze de acordo com este documento, atingiu o dez milhões de euros, estando aqui incluída a dívida bancária da empresa municipal.-----

---Este aumento do último ano deve-se a ter sido convertido a dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo, através do PAEL. Consequente, não foi um aumento global da dívida, mas foi um passar da dívida de curto prazo, para dívida de longo prazo. Verifica-se que do ponto de vista consolidado como não é muito diferente do ponto de vista só da Câmara Municipal, que a dívida bancária de médio e longo prazo aumentou quatro vezes desde dois mil e oito. Num período de grandes receitas ordinárias e tudo aponta que infelizmente não se repetirá nos próximos anos e o custo das obras, sobretudo das escolas, não foi suportado maioritariamente pela Câmara e a Escola Josefa de Óbidos está quase concluída, é a União Europeia e o Estado Português que suporta na totalidade o custo. Salvo eventuais trabalhos a mais. Segundo parece que não há. Segundo foi dito aqui pelo senhor Deputado Jorge Veloso.-----

---A dívida do Município tem um valor superior ao total das receitas correntes previstas a partir do próximo ano segundo o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos.-----

---Em dois mil e treze as despesas correntes foram superiores as receitas correntes e foi feita como referi a pouco...e foi feita uma transferência de mais de três milhões de dívida de curto prazo para médio e longo prazo. Devido ao empréstimo obtido ao PAEL. Consistem em empurrar com a barriga para a frente. Isto é: vão pagar até dois mil e vinte e seis as despesas de anos atrás. Essas dívidas atrasadas eram de despesas correntes e não de investimento. Isto são considerações iniciais.-----

---Agora. Perguntas. É que o senhor Presidente da Câmara fará o favor de responder:-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		23
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

---O Passivo Consolidado do Município aumentou em dezoito milhões de euros, subindo para trinta e um virgula quatro milhões de euros para trinta e três virgula dois milhões de euros. A que situações concretas tal se deve? Que é na rubrica de acréscimos e diferimentos. As contas estão formalmente bem apresentadas, mas seria útil e evitaria esta pergunta se houvesse lá uma discriminação com as paralelas mais significativas. Eu não estou a pedir ao euro, mas estou a pedir a tudo que seja na ordem das centenas de euros se evidencie nestes acréscimos e diferimentos, para se perceber este aumento de passivo que tem haver certamente com amortizações que terão de ser feitas nos próximos anos.-----

---Segunda pergunta: Qual o motivo da maioria dos milhões de euros que a Câmara tinha vindo a receber de dívidas de terceiros, designadamente o alvará do empreendimento turístico Falésia D'El Rey? Qual era o motivo de contrariamente ao que chegou a ser anunciado no mandato anterior? Não foi utilizado maioritariamente essa receita extraordinária para amortizar a dívida de médio e longo prazo. Quer dizer que se tem vindo a gastar dinheiro das receitas extraordinárias em gestão corrente.-----

---Terceira questão: Consta no Balanço Consolidado que o valor de dívida a receber a curto prazo era de seis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e nove euros e noventa e oito cêntimos. Deste valor, a grosso modo, apenas a parte que corresponde ao alvará do empreendimento Falésia D'El Rey se concretizaria este ano? E o restante, que são vários milhões de euros, em que ano se prevê em que tal aconteça? Pois eram verbas que vêm indicadas como dívidas a receber a curto prazo, mas isso se repete há vários anos e portanto se havia alguma previsão para ser a curto prazo. Esse tipo de curto prazo não estaria ajustado. Outra questão seria o valor da dívidas a curto prazo incluía ou não incluía faturas que estavam por pagar em trinta e um de dezembro passado ao empreiteiro da Escola Josefa de Óbidos. O motivo da pergunta era que na véspera, anterior daquela sessão da Assembleia Municipal tinha sido enviado aos membros um correio eletrónico com a substituição da página quarenta do documento das contas relativas à Câmara e seriam aquelas que tinham o maior peso nesse Balanço Consolidado, esclarecendo que foram excluídas as dívidas da Câmara relativas à fatura de empreitada para a requalificação da Escola Josefa de Óbidos, num montante que era indicado de quinhentos e trinta mil euros. Uma verba cerca de meio milhão de euros. Essa despesa tinha financiamento a cem por cento, assim é considerado que não tem qualquer relevância no orçamento do Município. Seria um ponto de vista respeitável. Disse que comentou na Assembleia que foi o critério utilizado nas circunstâncias anteriormente na Câmara Municipal de Óbidos, enfim, seria possível, disse que seria conveniente que se esclarecesse se foi usado o mesmo critério na consolidação ou não e que para se compreenderem melhor ainda as contas do município seria interessante fazer o exercício de retirar os valores recebidos e pagos da participações de investimento por outras entidades.-----

---Citou ainda dois pontos. Era os processos pendentes em Tribunal. Apurando o saldo ou o valor de todos os processo das ações contra a Câmara e da iniciativa da Câmara conta outro. Verificou-se que são muitos milhões em desfavor do Município, se no cenário pessimista, que nunca aconteceria na totalidade, que era de haver condenações daqueles valores. Todos sabiam que mesmo havendo





## Assembleia Municipal de Óbidos

24

Ata n.º 3

Reunião de 30.06.2014

condenações tipicamente não serão de tanto valor, mas concluíam-se que a previsão contabilística era claramente insuficiente. Havia de alertar o ROC para esse problema e sugeriu que no próximo Balanço, referente ao final do ano que houvesse uma provisão contabilística e explicando concretamente quanto aos processos judiciais. Qual seria o seu valor específico e quais seriam os critérios que foram utilizados, se fosse uma empresa dotada obedeceria a regras muito rigorosas. Não éramos uma empresa cotada, éramos um município, mas havia regras que inspiradas nessas se deveriam adaptar, embora aligeirado.-----

---A última observação foi uma sugestão de correção do texto antes do documento ir para o Tribunal de Contas seria na página quinze do Relatório que correspondia à página vinte e dois do *pdf* que tinha sido enviado “aluguer de contadores – duzentos e setenta e sete mil, trinta e nove euros e setenta e dois centimos” - a Lei número doze barra dois mil e oito, alterou um Diploma de mil novecentos e noventa e seis, sobre serviços públicos essenciais, aquela Lei de dois mil e oito pôs fim a cobrança pelo aluguer dos contadores que era feita legalmente por entidade que faziam o abastecimento de água e eletricidade e ainda deveria ser corrigida a designação “alugueres de contadores” no documento por taxa de serviço ou outra designação que era aquela que passaria a ser. Na altura houve uma iniciativa política para acabar com essas taxas, mas as Câmaras e as entidades que fazem esses abastecimentos cumpriram a Lei, mas criaram uma taxa com outros valores com nomes mais ou menos equivalentes, portanto isso não tinha mudado nada. Havia um pormenor formal que sugeri ao senhor Presidente da Câmara Municipal que aceitasse essa correção, porque se o Tribunal de Contas reparar naquilo seria motivo de reparo. Seria uma questão mais burocrática, mas que poderia ir da melhor forma.-----

---A seguir o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado Albino Sousa disse que trazia duas perguntas diretas e uma dúvida e uma sugestão a fazer que prendia-se com a empresa municipal Óbidos Criativa. Conselho Estratégico da empresa municipal tinha uma dúvida e acabaria por fazer uma pergunta direta. Na ata da reunião da Câmara Municipal, de vinte e quatro de julho de dois mil e três, disponível para consulta no portal da Câmara Municipal de Óbidos constava que ainda não havia reunido o Conselho Estratégico da Empresa Municipal que então tinha sido criado há mais de um ano e que incluía representantes das forças políticas. Perguntou quando reunirá este órgão que constava nos estatutos da Óbidos Criativa. Continuou dizendo que tinha umas dúvidas e apresentaria uma sugestão. Referindo-se aos bilhetes vendidos nos principais eventos da empresa municipal Óbidos Criativa, que na página dezasseis do relatório que havia sido enviado, página vinte e dois do *pdf*, constava um valor de um milhão dezasseis mil novecentos e trinta e nove euros e noventa e sete centimos de receitas dos eventos do ano de dois mil e treze. Disse que não voltaria às contas que já havia trazido em outras Assembleias, mas baseado nas próprias contas ele poderia afirmar que aquilo era menos da metade que seria para ele expectável, face a todas as declarações que trouxe, do executivo atual e do executivo anterior. Disse por isso estava ali a sua dúvida de ser das receitas de somente de um milhão, dezasseis mil, novecentos e trinta e nove euros e noventa e sete centimos. Disse que tinha uma sugestão se seria acatada ou não. O Grupo Municipal do PS tinha uma sugestão que era, no Festival do Chocolate, no Vila



## Assembleia Municipal de Óbidos

25

Ata n.º 3

Reunião de 30.06.2014

Natal e Mercado Medieval, que eram os três grandes eventos seria fácil. Poderiam continuar a divulgar na imprensa porque até seria bom para Óbidos. Deveria divulgar o número de visitantes e o número de entradas pagas e quantas borlas. O que interessava saber na verdade era quantos pagantes houve. Afirmou que pelas suas contas a cinco euros cada um daria dois milhões e qualquer coisa, nos três eventos e como se vê nas contas consolidadas só aparecia um milhão de euros. Sugeriu que se apresentasse o valor global das entradas, e o valor global em euros, para que nunca mais fosse questionado o assunto.-----

---Disse também que tinha salientado inicialmente, que era uma pergunta muito simples: A empresa municipal continua a precisar de subsídios da Câmara ou não? Apresentando a receita de eventos e apresentando as contas da maneira como foram consolidadas.”-----

---Foi dada a palavra ao Membro da Bancada do PSD, José Luís Oliveira, iniciou a sua intervenção dizendo que relativamente ao ponto em debate pois estavam a falar apenas da consolidação de contas e o que as contas do Município já tinham sido aprovadas. As contas da Óbidos Criativa também já tinham ido para conhecimento da Assembleia Municipal. A consolidação de contas passou a ser obrigatório a sua aprovação. As contas demonstravam que a conjugação do município e a Óbidos Criativa melhora ainda as contas no seu conjunto. Isso era agradável de ver porque realmente o debate que tinha havido ao longo dos tempos mostrava que o município tinha tido e continuava a ter razão. Em todo o trabalho que tinha feito com as empresas. Em relação ao que o Sr. Deputado Albino Sousa tinha dito era grave, muito grave e que o dissesse naquela Assembleia e que não demonstrou as provas que tinha a dizer que os valores que estavam ali no Balanço Certificado pelo ROC, não correspondiam aqueles que o ele tinha conhecimento. Ele deveria dizer na Assembleia como tinha conhecimento e quais seriam os valores que tinha conhecimento. Porque aquilo que disse era gravíssimo. Porque foram aprovadas contas que ele tinha conhecimento que as coisas não eram aquelas e não informou a Assembleia. Disse que aquela situação o desagradava, porque aquilo deveria ter sido logo naquelas contas, quando foram apresentadas na Assembleia.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para frisar que da Câmara Municipal nas intervenções às vezes parecia fazer umas comparações com sectores que não seriam o sector municipal. O sector municipal tem uma característica e seria sobre ela que estava ali a refletir. Disse que seguramente, o Sr. Presidente da Câmara iria ali os elucidar sobre o assunto.-----

---O Presidente da Câmara iniciou dizendo que não sabia se ia elucidar sobre o assunto. Pegando exatamente naquilo que o Senhor Deputado José Luís Oliveira tinha referido que as contas apenas vinham ali consolidadas, por que elas eram do domínio público e já tinham ido à Assembleia Municipal, portanto nada de novo desse ponto de vista. Há uma prática diferente de discurso que na verdade se apoia às obras, aos investimentos. O que o município tem vindo a fazer deste ponto de vista, seja na educação, seja na requalificação urbana, seja no apoio social, seja no apoio às coletividades, sejam de dimensão social, sejam de dimensão desportiva, todos os apoios às Juntas de Freguesias, enfim, um conjunto enorme de ações ao mesmo tempo tem uma certa narrativa de bom, mas era preciso fazer aquilo, era preciso fazer isso. Para terem boas contas era parar o



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		26
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

investimento todo e deixar de fazer as coisas. Com as receitas correntes que vão obtendo iriam solver a dívida toda. Boas contas, estado rico, pessoas pobres, se era isso que alguns queriam. Disse que achava que o eleitorado tinha dado uma resposta diferente e na qualidade de Presidente da Câmara estava ali para continuar um trabalho que teve orgulho. Porque as contas apresentadas refletem o exercício do mandato anterior e teve orgulho de estar dentro daquela equipa e de coordenar aquele trabalho, mais na área financeira e tinha imenso orgulho. Tinha orgulho também, em todos os serviços que mantiveram à população. Tinha um enorme orgulho num investimento que nos últimos doze anos foi mais de vinte e cinco milhões de euros, considerando as escolas, os jardins de infância, as creches. Continuou dizendo que tinha orgulho de todos os apoios que foram dados às Associações para que elas pudessem beneficiar as suas populações. Garantiu que poderiam não ter contas com “superavit”, dinheiro na conta em barba para poderem comprar umas barras de ouro e forrar os cofres com barras de ouro e o povo pobre. Disse que enquanto for Presidente de Câmara com o seu executivo, em primeiro lugar estaria o serviço público, o conforto às populações, a melhoria da qualidade de vida à população. Um certo sentido de futuro dentro do nosso território e isto era uma grande diferença entre eles e alguns que procuram encontrar nas contras forma de mostrar verdadeiramente a sua natureza quanto ao apoio que dão a todas as obras, a todos os apoios locais, a todos os apoios desportivos. Disse iriam continuar a poder sonhar, a poder desenvolver novos projetos, novas obras, continuar uma dinâmica de desenvolvimento que possa atrair a população, que possa atrair a população, que possa atrair investidores, que possa gerar empregos, que possa criar riqueza. Disse também, que as questões que foram colocadas estariam claramente enviesadas, desde logo com um conjunto de considerandos quando colocou apenas o exponencial do aumento da dívida dá quatro vezes a dívida total. Disse que sabia que o deputado falava para os jornais e que os jornais até metiam aquilo nos títulos e que gostava de criar a ideia com a desinformação que as pessoas têm e com o sentimento de que lhes está a pesar na algibeira. A irresponsabilidade de muitos que andaram por trás andaram por trás e muitos construíram escolas de dez milhões e que hoje deixam aos Presidentes de Câmara ou deixam ao Estado pagamentos anuais de rendas à Parque Escolar de oitocentos milhões de euros e no Concelho de Óbidos não se fez isso. Viu-se investimentos com responsabilidade, com muita segurança para não criar problemas no futuro do desenvolvimento económico do concelho e essa era uma grande diferença, os opositores jogaram muito com o sentimento que a população tem sobre a atual situação financeira do país e procuram manipular os números e procuraram maneira de criar esse drama junto da população, mas uma coisa era certa os números da Câmara Municipal de Óbidos só os deviam orgulhar.-----

---Agradeceu a observação sobre a gralha, que de todo não é aluguer de contadores, seria uma taxa de serviços.-----

---Quanto à observação do Senhor Deputado Albino Sousa colocou sobre o Conselho estratégico, disse que podia apenas falar com o Conselho de Administração da empresa em particular e que obviamente não se poderia fazer um Conselho estratégico de qualquer forma.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		27
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

---Sobre a questão colocada se a empresa municipal precisa ou não de subsídios da Câmara disse quando caíram as receitas souberam fazer gestão e reduzir brutalmente a despesa e chegar ao final do exercício com resultado líquido positivo e contribuir para a melhoria das contas consolidadas do grupo do Município de Óbidos.-----

**---Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi este ponto posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, dois votos contra e nove abstenções a proposta de prestação de Contas Consolidadas do ano de 2013.-----**

**--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----**

---Declaração de voto do PS:-----

“Declaração de voto do Grupo Municipal do PS sobre as contas consolidadas de 2013 - No ano de 2013, no Município de Óbidos, as despesas correntes foram superiores às receitas correntes e houve um resultado negativo do exercício, isto é um prejuízo, de 2,7 milhões de euros. Houve ainda um aumento da dívida bancária de médio e longo prazo, de cerca de 3 milhões de euros.-----

A dívida bancária de médio e longo prazo aumentou 4 vezes, desde 2008, num período de grandes receitas extraordinárias que tudo aponta que, infelizmente, não se repetirá nos próximos anos. -----

E o custo das obras das escolas não é suportado maioritariamente pela Câmara. Quanto à Escola Josefa de Óbidos, é a União Europeia e o Estado português que suportam a totalidade do custo, salvo eventuais trabalhos a mais.-----

Mais uma vez ficou por responder a nossa repetida pergunta sobre a quantidade de bilhetes foram vendidos em cada um dos 3 principais eventos da empresa municipal o ano passado (Festival do Chocolate, Vila Natal e Mercado Medieval. Não basta dizer que as contas da empresa municipal estão correctas e validadas pelo ROC – Revisor Oficial de Contas.-----

Há muitos processos judiciais pendentes, contra a Câmara, cuja soma se eleva a milhões de euros. Nas listas que nos foram disponibilizadas não estão indicados os valores de juros, custas e encargos da Câmara com os advogados nestes processos. A provisão contabilística é insuficiente. Estranhamente, essa provisão foi globalmente reduzida, em 2013.-----

Temos reservas quanto à correcta e actualizada valorização de vários bens que estão no activo do balanço municipal e recordamos que em 2012 houve uma redução do valor do activo em cerca de 47 milhões de euros. Vários rácios apresentados para tentar demonstrar ser muito boa a situação financeira da Câmara, derivam do valor do património municipal, o qual em parte não é vendável.-----

A actual receita extraordinária de um empreendimento turístico, de cerca de 10.000 € por dia, terminará este ano e não será repetível em anos futuros.-----

Relembramos que o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos que vai vigorar até ao ano de 2026, não era necessário se parte da receita extraordinária, no valor de 18 milhões de euros, relativa aos dois últimos alvarás de empreendimentos turísticos (Royal Óbidos e Falésia d’El-Rei) fosse utilizada para pagar dívidas a fornecedores.-----

Voltamos a sugerir que se reduzam despesas evitáveis e sem efeito designadamente social nos munícipes, as chamadas “gorduras”. Por exemplo: o



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	28
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>

Município de Óbidos gastou muito dinheiro em trabalhos a mais de obras e multiplicou despesas com juristas.-----

Reafirmamos a necessidade de reduzir a excessiva litigância camarária. Já em 2014, a CMO foi condenada judicialmente no caso da viúva do Dr. Carlos Gouveia, em mais de 58.000 €, para além de suportar o desperdício evitável de dinheiros públicos em custas judiciais e advogado.”-----

---Declaração de voto do PCP:-----

“O Grupo Municipal do Partido Comunista Português decidiu votar contra o projeto de Prestação de Contas Consolidadas de 2013, submetido à apreciação desta Assembleia, não porque do ponto de vista técnico, em termos gerais, o conjunto de documentos em questão apresentem razões para o fazer, mas porque: -----

1 . A Prestação de Contas Consolidadas vem na sequência do processo de aprovação do Relatório de Contas de 2013, do Município de Óbidos, contra o qual o PCP votou.-----

2. Na ocasião, votamos contra o referido documento, aprovado pela maioria PSD, pelas manifestas divergências que temos relativamente às opções políticas estruturais de gestão do município, plasmadas no Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013.-----

3. O conjunto de documentos 'Prestação de Contas Consolidadas de 2013', resulta da consideração das contas do Município e da Empresa Municipal 'Óbidos Criativa', sendo que relativamente a este, a Assembleia Municipal, órgão deliberativo máximo do Concelho, não se pode pronunciar sobre o seu Orçamento e Plano de Actividades, relativo ao ano findo, aliás, situação que reiteradamente acontece nos anos anteriores, para as empresas antecedentes, facto contra o qual o PCP esteve e está contra.-----

4. Como sempre defendemos, a Assembleia Municipal não tem apenas por competência fiscalizar o resultado da acção exercida pelo Município e respectivas empresas municipais, mas e antes de tudo, definir as suas grandes linhas condutoras, o que relativamente à 'Óbidos Criativa' está impedida de o fazer. Também, por isso, só podemos votar contra os aludidos documentos. Os deputados. Sílvia Correia e José Rui Raposo.”-----

**--- PONTO SETE - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ART.º 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;-----**

---Foi dada a palavra ao Deputado José Machado que iniciou a sua intervenção dizendo que houve progresso no envio da informação escrita, aproveitou para alertar quanto a informação sobre a situação financeira do Município de Óbidos não devia se resumir apenas ao saldo da dívida a fornecedores. Deveria constar também, compromissos financeiros, designadamente as dívidas a prestadores de serviços, outros credores, os empréstimos bancários e os valores a receber de terceiros.-----

---Quanto aos processos pendentes em Tribunal, solicitou que na lista de litigância, além, da discriminação dos processos e sentenças condenatórias, estivessem indicados os montantes dos mesmos, e as taxas de justiça suportados pelo Município.-----





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		29
<b>Ata n.º 3</b>	<b>Reunião de 30.06.2014</b>	

—Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia passou para o:---

--- **PONTO OITO – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** – Foi dada a palavra aos Munícipes presentes.-----

---Tomou da palavra o senhor Alberto Ferreira que na qualidade de Presidente da Associação de Pais e Encarregadas de Educação do Complexo Escolar do Furadouro, que referiu sobre a realização da festa de final de ano letivo do Complexo Escolar do Furadouro, onde estiveram presentes cerca de trezentas pessoas, os alunos, os pais, os professores, os animadores. Foi de facto uma festa para toda a comunidade e não teria sido possível sem o apoio de várias instituições aqui presentes e desejavam fazer um agradecimento público à Câmara Municipal de Óbidos, às Juntas de Freguesia de A dos Negros, Amoreira, Gaeiras, Olho Marinho, Usseira e Vau.-----

Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e duas horas e trinta minutos, do dia trinta de junho do corrente ano, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----

--- E eu, Anabela da Silva Araújo Santana, que lavrei a presente ata, também vou assinar.